

## RITUAIS PARLAMENTARES CONSTITUINTES

MARIA EMÍLIA RICARDO MARQUES

### 1.

A investigação que desenvolvemos incide em estudos sintácticos, semânticos e pragmáticos de factos socioverbais, segmentos de discursos interactivos que permitem discutir, quer a hipótese de R. Brown<sup>1</sup> sobre o possível carácter universal de uma "invariant norm of address", quer as implicações desta hipótese numa qualquer situação dialógica.

Temos assim trabalhado determinado padrão, aquele que ocorre em frases superiores, onde, por completivização, se encaixam frases QU-P, com funções de sujeito ou de complemento objecto directo — ex.: *Eu digo-te que não há nada*. Nas frases mais altas (*Eu digo-te*), analisaram-se sequências marcadas por níveis de deferência determinados por fórmulas de delicadeza e por formas directas de tratamento, autodesignativas (*Eu digo*) e heterodesignativas (*te*). A partir destes materiais, demonstrou-se o enraizamento socio-comunicacional de um tipo de redes sintáctico-semântico-pragmáticas.

Constata-se, aqui, em Português (continental europeu), o papel das formas, quer de deferência/delicadeza, quer de tratamento, formas mobilizadoras de processos complexos de interferências "intra-frásticas", processos enraizados numa relação EU — OUTREM neles reflectida. A interferência terá levado a certas escolhas nos paradigmas das referidas designações auto- e/ou hetero-referenciais, determinando ainda a forma de superfície do sintagma verbal por elas enquadrado e condicionando, enfim, a estrutura de complementação subsequente.

A partir deste fenómeno, temos vindo a estudar uma semântica social, cujo objectivo dominante será o de demarcar

pólos centrípetos no sistema das interações socioverbais, realizadas em tramas muitas vezes inferidas a partir de critérios e de escalas de semelhança ou de diferença.

O processo que leva a estabelecer semelhanças de conteúdo pode, aliás, aproximar-se do que condiciona aquelas associações verbais em que um interlocutor reage a um estímulo e estabelece, de modo quase intuitivo e em determinado espaço socio-semântico, diferenciações que, mesmo se subjectivas, são ricas em cambiantes e matizes socioculturais.

Eis pois alguns dos princípios que levaram à constituição de um primeiro banco de dados. Neste, isolaram-se segmentos frásicos que, por análise contrastiva, permitiram demarcar comportamentos socioverbais, encarados como observáveis linguísticos. Neste tipo de dados, isolámos, seguindo E. N. Ransom<sup>2</sup>, aqueles predicadores que abrem modalidades de complementação incidentes na frase em que ocorrem, frase mais alta, marcada pelos traços

- ± reacção físico-cognitiva
- ± determinação
- ± verdade.

Acentue-se que o estudo da modalidade tem vindo a alargar as suas fronteiras, integrando um número cada vez maior de fenómenos linguísticos, até pelo articular da enunciação num plano transfrástico, facto que permite explicitar alguns mecanismos psicológicos condicionantes da estruturação discursiva. Para nós, a modalidade realiza-se, por conseguinte, de vários modos e a vários níveis, embora aqui apenas registada como núcleo(s), "*fronts propositionnels*"<sup>3</sup>, em que o verbo assume a forma lógica de predicado, SU é definido como argumento nuclear, OD como argumento-frase.

Quer na frase mais alta, quer na frase encaixada, verificamos oscilações formais, variações estilísticas que modulam a força ilocutória do dito e que reflectem diferenças na estratégia discursiva, diferenças resultantes de atitudes (apreciação cognitiva, reacção emotiva, ...) do sujeito enunciador, em relação, quer a conteúdos informativos e aos graus de determinação dos mesmos, quer a situação-contexto-actores [figurantes e destinatário(s)].

A frase mais alta, aquela em que vai incidir o nosso estudo, aparece, por conseguinte, no contexto verbal imediato "*for the complement sentence, in the same way that the speech situation provides the immediate context for a simple sentence or an independent clause. This context sets up the deictic references to person and time that affect the meanings and forms of the complement*"<sup>4</sup>. A frase superior demarca, portanto, redes deicticas, explicitadas no texto enunciado, pressupostas no processo da enunciação. Trata-se ainda de uma frase que, no texto enunciado, informa sobre "encenação" e "contratos" discursivos. Assim,

a partir de constituintes transparentes no DITO (P. Charaudeau), a frase superior aponta para actores dominantes e até estabelece, se a frase encaixada ocorre em SU, o que alguns designam por "*effets de couple*"<sup>5</sup>, ou seja, um grau máximo de coesão entre a informação dada e a notação metacomunicacional referida em P, o que acentua a especificidade de um segmento indiciador do tipo de processo interactivo demarcado num tempo enunciativo, em determinadas circunstâncias de elocução.

Acontece ainda que tal tipo de fragmentos constitui uma zona, em que os comportamentos idiossincráticos se manifestam com nitidez e em que EU deixa transparecer, ou manifesta explicitamente, tipos específicos de coordenadas e de relações, que, pelo enunciado, EU, como sujeito enunciador, estabelece com OUTREM, destinatário ou mero ouvinte, e com o MUNDO.

Encarando agora a totalidade das frases mais altas como *n* conjuntos de segmentos descontínuos repetidos ao longo de uma superfície textual, a descrição das variantes, que aí ocorrem, tem de partir da hipótese de tais segmentos poderem ser vistos como formulações concorrentes, como tipos diversificados de resposta a um mesmo mecanismo produtor. A descrição desses segmentos terá assim lugar num nível mais abstracto que o da superfície textual, sendo o estudo da sua significação centrado na classe sintáctico-semântica do predicador e no papel dos argumentos que com ele co-ocorrem, embora, um deles, o argumento-frase, seja, de momento e aqui, encarado como categoria vazia.

Assumimos, pois, seguindo a hipótese de Sperber e Wilson<sup>6</sup>, a existência e a operacionalidade, para além de um sistema linguístico, de um sistema central (pensamento, período pré-enunciativo), onde se opera um tratamento pragmático — processos inferenciais, de apreciação/reacção ao contexto,...

Põe-se a hipótese que a saída do momento pré-enunciativo assumia uma forma lógica, mais ou menos padronizada, e onde o predicador aglutina e define relações, porque submetido a estímulos e a restrições contextuais periféricas (*input systems*). Tais formas lógicas surgem então com raízes extra-linguísticas, no próprio contexto ou em situações marcadas por tensão e/ou distância, reflexo tanto de papéis, como de estatutos, sociopsicológicos segundo uns, sociosemânticos segundo outros.

É esta segunda hipótese que perfilhamos, dado postularmos como subjacente à superfície textual (sistema linguístico), um nível sociosemântico, onde se realiza a inserção de formas léxicas em estruturas predicativas, em classes deícticas e em categorias nominais, com relevo para a relação interlocutória imediata. Trata-se de um nível determinado, primeiro, no tempo, por todo o processo de enculturação que marca uma «história de vida»; determinado depois, no imediato, durante o processo de produção discursiva, pelo período pré-enunciativo (Merleau-Ponty) já referido e por aqueles parâmetros que condicionam a enunciação de formas, que, porque formas, são apenas passíveis de uma interpretação parcial e

incompleta. "Une interprétation est complète lorsque la pragmatique a attribué un référent aux variables, a assigné une force illocutionnaire à l'énoncé, a désambiguïsé l'énoncé, a enrichi la forme logique soit au niveau de ses implications, soit au niveau de son explication. Le processus de traitement pragmatique est donc ultime et s'applique à la sortie du système linguistique. Mais l'interaction entre système périphérique et système central est plus complexe que dans les théories linéaires. [On peut d'ailleurs montrer] que certaines informations, encodées linguistiquement, déclenchent des processus pragmatiques (des procédures)"<sup>7</sup> — vd. Fig. 1.

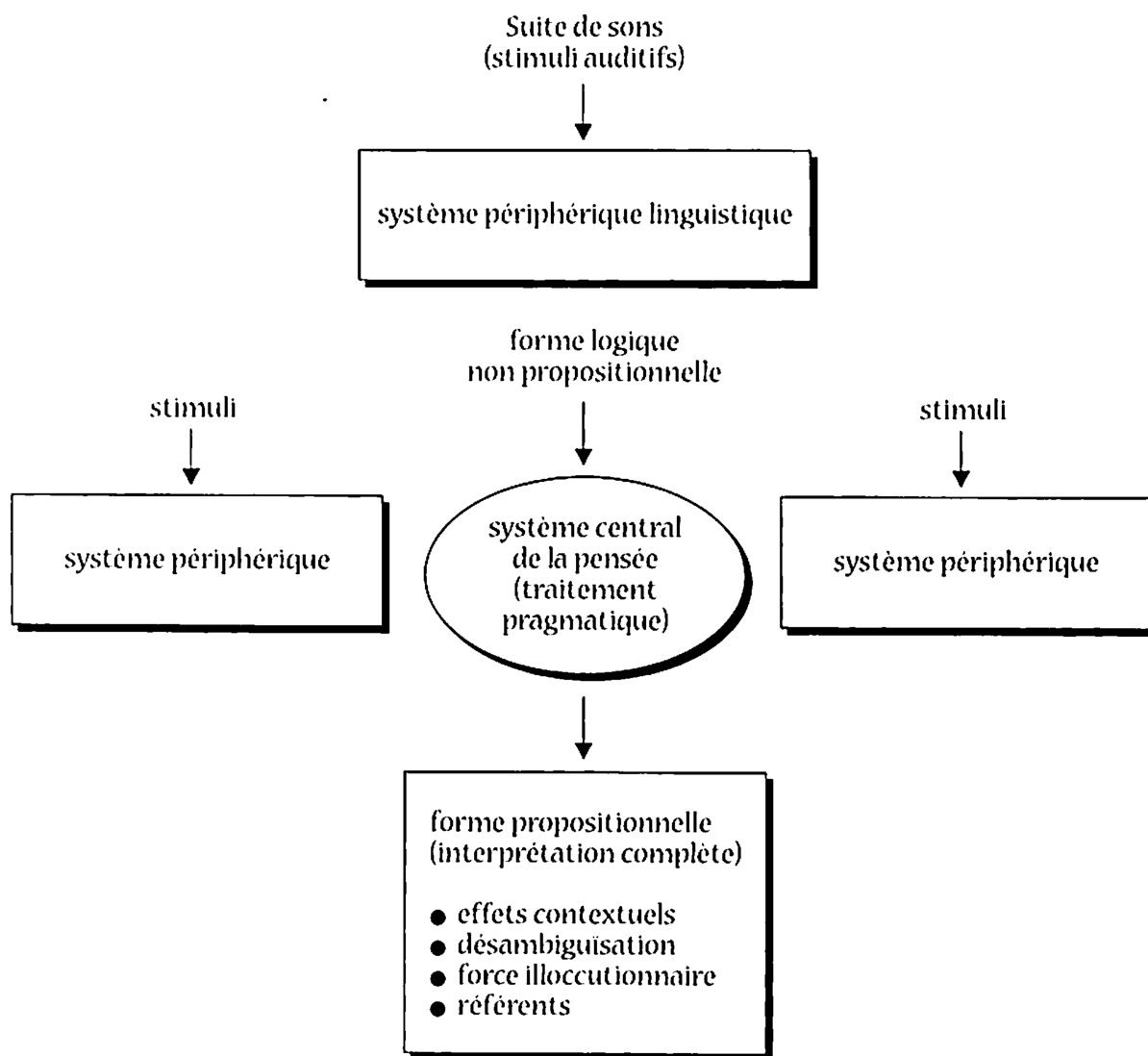


Fig. 1

Será nestes níveis de formas (lógica e proposicional) que procederemos, sempre com apagamento do argumento-frase, à classificação das formas-segmento, consideradas de um ponto de vista metacomunicacional. Nelas se demarcarão vestígios da relação sujeito enunciador - enunciado, ou seja, de marcas supradiscursivas de modalidade, considerada esta como "ordre de régularités".

porque decorrente da "existence d'un JE stable qui sert d'ancrage à toute production langagière"<sup>8</sup>.

É com base neste modelo que se torna possível a articulação da análise com uma teoria sociocomunicativa, por um lado, e com a proposta variacionista, por outro.

De entre os parâmetros que poderíamos discutir (métodos, critérios, tópicos, *corpora, data*), vamos dar relevo a dois modelos de análise que, seguindo Maurice Tournier, são passíveis de integração. O primeiro irá permitir a análise de superfícies textuais, como reflexo de processos enunciativos, enraizados no sujeito enunciador, processos histórica, social e culturalmente marcados. As estruturas dos enunciados serão, portanto, descritas em termos de filtragens e de indícios que nos permitem inferir os processos, quer de enunciação ou de produção de enunciados, quer de co-enunciação, de recepção-compreensão-interpretação do que é ouvido, lido. O segundo modelo mostra como tais superfícies textuais variam em função do momento histórico, da diversidade das situações sociocomunicativas e em função de parâmetros socioculturais (de colectivo, de grupo, individuais) ou do grau de cooperação e de negociação das significações atingido no circuito da comunicação. Para uma sociedade, uma localização, um momento definido, só uma parte do dizível é acessível, dizível esse que forma sistema e delimita uma identidade<sup>9</sup>.

No primeiro destes modelos, há domínio de processos linguísticos, cognitivos e afectivos; no segundo, de processos não só linguísticos, cognitivos e afectivos, como socioculturais. Contudo, nem um, nem outro nos impede de articular

- O que se encontra disponível **fora de qualquer situação**, no SISTEMA;
- O que é realizável, porque já realizado, vezes sem fim, porque **rotina em determinado tipo de situação** — USOS;
- O que foi/é ocorrência pontual, **marca idiossincrática constatável** — os fenómenos, ou **constatada** num *corpus*, recolhido em situação — os DADOS.

Tenta-se assim representar "un ordre du discours qui ne soit pas la réplique de l'ordre de la langue"<sup>10</sup> e que seja historicamente circunscrito. Lembre-se que, "para qualquer comunidade linguística, para qualquer indivíduo falante, [há...] uma unidade de língua; mas esse código global representa um sistema de subcódigos em comunicação recíproca; cada língua abarca vários sistemas simultâneos, cada um dos quais se caracteriza por uma função diferente"<sup>11</sup>.

O código global abre uma prática linguística homogênea, comum a todos os falantes, um uso *standard*; contudo, essa prática surge sujeita a fenómenos de variação, dada a complexidade e a diversidade das situações, dos contextos, dos interlocutores, a pluralidade das intenções, das estratégias e a infinidade das práticas surtas no quotidiano.

Tentando, apesar da variabilidade, inferir usos homogêneos, enraizados embora na extrema diversidade das práticas comunicativas, propomo-nos reflectir sobre uma hipótese por nós posta em 1988 e que se enraíza numa teoria enunciativa alargada. Afirmámos então estabelecer um complexo interveniente de sujeitos (ver Fig. 2, na pág. seguinte):

- **Sujeito comunicante** (que passaremos a designar por  $EU_n$  representação de um qualquer sujeito, presente em situação e que comunica, kinésica e proxemicamente, sendo, além disso, um sujeito de enunciação potencial;
- **Sujeito enunciador efectivo** ( $EU_o$ ) que marca os segmentos enunciados, os que ele próprio produz.

Em que consiste e em que se baseia a oposição estabelecida? Sabemos que, em qualquer situação, há actores que se apagam, silenciosos, enquanto outros há que se evidenciam nas intervenções verbais de que são sujeitos enunciadores. Assim, distinguimos

- **Sujeitos comunicantes** (sujeitos enunciadores virtuais): incluímos, nesta categoria, todos os interlocutores presentes, sujeitos sociais concretos e, como tal, pelo menos, sempre sujeitos co-enunciadores, se em situação de ouvintes ou leitores. Distribuem-se em circuito externo à instância enunciativa, marcando-a pelo seu tipo de presença e, por exemplo, por marcas paralinguísticas, analisáveis em comportamentos não verbais. Tais sujeitos poderão também intervir na circulação posterior dos discursos ouvidos/lidos, mas fora da situação e do contexto inicial de produção. Colocamos portanto, nesta classe, qualquer um que apenas tenha desempenhado o papel de ouvinte (espectador, figurante silencioso). Saliente-se que, em situação pontual de silêncio e de ausência de intervenções, todo um grupo espectador assume o papel de figurante silencioso, que apenas comunica em termos de kinésica e proxémica, ou seja, em termos paralinguísticos — pelo movimento dos olhos, por exemplo.
- **Sujeitos enunciadores** — definidos no circuito interno, no processo enunciativo, e enraizados em instâncias de produção discursiva, em pólo tanto emissor como receptor; torna-se impossível colocá-lo, quer como alguém com domínio completo das suas intervenções e das palavras ditas (criando, assim, a adequação perfeita entre intenção – sentido textual), quer, ainda, como uma subjectividade que age através de um discurso transparente, quer, enfim, como joguete de ritos sociais, de rotinas verbais, ..., de regras, ou restrições, exigidas por um contexto ou uma situação, por uma sociedade, por uma cultura e por um sistema linguístico que as absorve.
- **Sujeitos de enunciados**, coincidentes, ou não, com os outros acima referidos, podem surgir com o estatuto de  $TU_o$ , co-enunciador(-es) destinatário(-s) «fabricado(-s)» por um  $EU_o$ , em situação interlocutória.

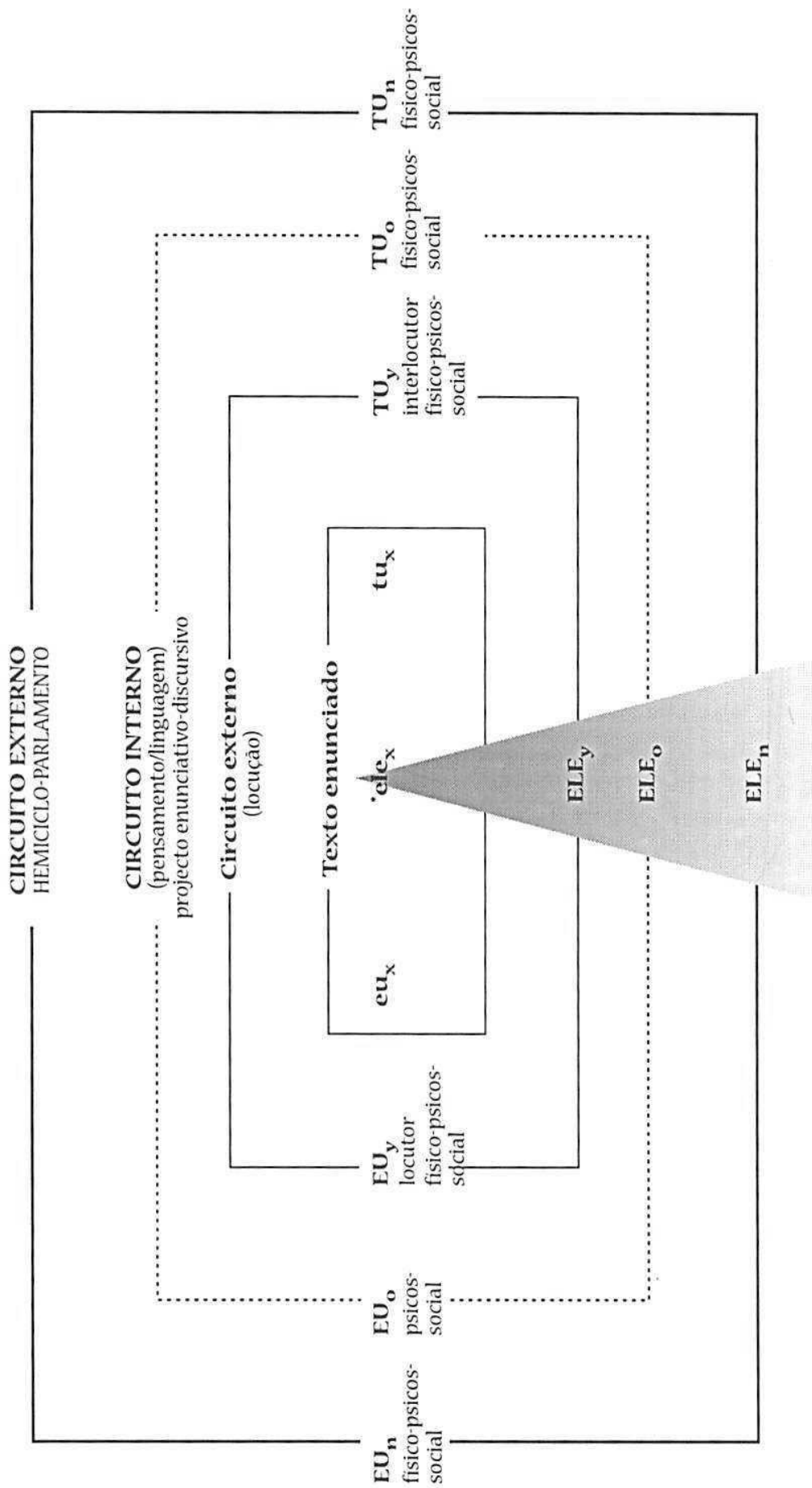


Fig 2

\* $ele_x$  - Terceiro que, no material em estudo, se impõe como voz de autoridade, eco de um colectivo.

Em princípio, e são vários os factores que o podem impedir,  $TU_n$ , se interlocutor directo, logo transformado em  $TU_y$ , sujeito co-enunciador, é sempre sujeito interpretante. Assim  $TU_n$  pode, como é natural, reagir fora dos efeitos intencionados pelo sujeito enunciador, independentemente de modalidades de escuta, ou de outros factores que condicionam fenómenos de individualização receptiva. Entre estes, lembramos que  $TU_y$  se pode identificar, ou não, com  $tu_x$ , papel que lhe é atribuído no enunciado e que, nesse enunciado, é definido, em função da tríade relacional  $eu_x - tu_x - ele_x$ .

Assim, se os índices «n», «o», «y» «x» representarem

- «n», comunicação verbal potencial, mas sempre não verbal, paralinguística, efectiva;
- «o», processo enunciativo/co-enunciativo
- «y», locutor e interlocutor no "agir comunicacional";
- «x», enunciado, manifestação verbal;

teremos, no quadro da página anterior, uma concentração de circuitos, marcados todos, contudo, pela oposição triádica fundamental: EU - TU - ELE.

Alterámos também, como se vê, tanto o número e o tipo de circuitos, tal como o conceito de sujeito comunicante, uns e outros propostos inicialmente por P. Charaudeau. Isto porque, em situação de grupo, a comunicação paralinguística tem, quanto a nós, tanta importância como a intervenção verbal. Assim, e quase sempre, temos o entrecruzar de «o sujeito enunciador — ser de palavras — com o sujeito comunicante, totalidade que abre, ou não, um processo enunciativo».

O sujeito enunciador encontra-se marcado por estímulos e por sistemas periféricos de origem vária e complexa — Fig. 3. Especifiquemo-los melhor, observando um esquema, baseado no de M. Tournier:

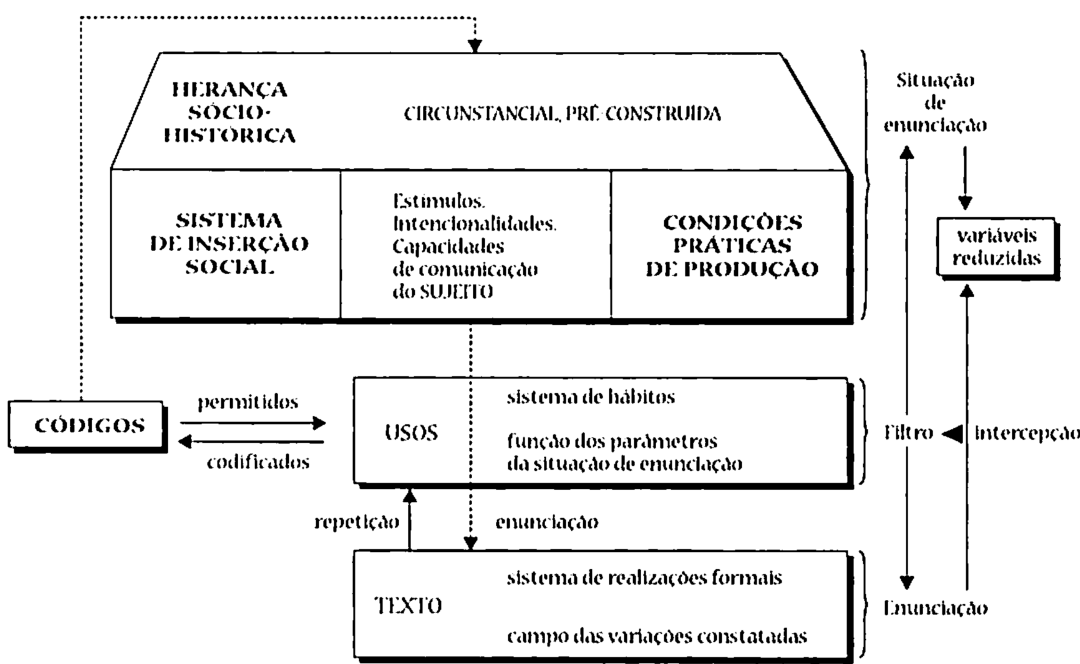


Fig. 3

Da língua, como processo histórico, abstraiu-se como vimos atrás, uma estruturação em níveis (Sistema, Usos, Discursos,...) e um certo número de traços característicos, explicáveis a partir de constatações enraizadas na observação de uma pluralidade de práticas.

Acedeu-se assim, numa perspectiva holística, a um modelo empírico (análise, descrição, explicação) que permite demarcar padrões e redes de comportamentos verbais condicionados por factores, tanto sociais e culturais-macro, como de contexto e situação.

O modelo assume duas formas que, naturalmente, se complementam: uma tem por objectivo uma padronização macro da variação; a outra debruça-se sobre microdiálogos. A primeira, assenta na sociolinguística variacionista, num modelo interpretativo-explicativo baseado em estudos estatísticos; a segunda, enraiza-se na etnografia da comunicação, na análise conversacional e na pragmática.

O objecto de uma análise cruzada será, por conseguinte, neste artigo, a articulação SU (argumento nuclear) — **Predicador**, partindo nós do primeiro (sujeito do enunciado) para um sujeito enunciador, que surge duplamente determinado. Atentemos, aqui, na determinação que decorre não só de variáveis socioculturais, como de restrições inerentes ao contexto e, sobretudo, do tipo de contrato socioverbal, assumido por EU, contrato sociopolítico no caso que nos ocupa.

## 2.

Escolhido o objecto de análise em função de determinadas hipóteses teóricas e explicitado o modelo escolhido, propomo-nos, agora, situar estes estudos em determinado tipo de usos, aquele em que se aborda a interacção verbal em estruturas institucionais (*institutional settings*), quando a interacção acontece entre profissionais da palavra, em clara luta por um poder a instituir (Assembleia Constituinte), embora marcados eles próprios por diferentes capacidades de intervenção, de implicação e de responsabilização num discurso/debate institucional (parlamentar) fortemente assimétrico.

Para alcançar o fim em mente, foram utilizadas transcrições de três legislaturas, documentos autênticos que possibilitaram despistar relações entre contexto histórico imediato (sociopolítico, económico, cultural), contexto parlamentar, agir comunicacional e a especificidade de cada actor interveniente.

Começámos por caracterizar os universos AN — Assembleia Nacional [1972-3; 1973-4] e AC — Assembleia Constituinte [1975-6], a partir das populações que os constituíram, de, respectivamente, 313 e 143 deputados, populações que posteriormente se descreveram.

Os descritores usados foram: lugar e data do nascimento; profissão; habilitações literárias, obtidas até ao início da legislatura; círculo pelo qual o deputado fora eleito (dados recolhidos nas fichas parlamentares).

Apesar do pormenor, estas fichas, quando, e se, preenchidas na totalidade, não se revelaram muito ricas em informações sociologicamente tratáveis como tal. Para esse facto, aventámos duas explicações: *primo*, alguns deputados, muito populares como figuras públicas, preencheram poucos quesitos — talvez por se acharem conhecidos de todos, supuseram ser inútil uma indicação precisa e de pormenor: *secundo*, sendo reduzido o número de linhas em que podiam escrever, limitaram-se a informações sucintas, escritas quase sob a forma de telegrama.

É talvez possível ainda uma outra explicação, mais pertinente para AC do que para AN. Os deputados eleitos em 75 tinham sido, durante grande parte da sua vida, submetidos a questionários e a interrogatórios inquisitoriais. Poucos estavam interessados, por isso, em fornecer mais do que o mínimo indispensável de informações. Aliás, um deles chegou mesmo a escrever:

*“Recuso-me a responder. Não sei por quem, nem como, este material poderá um dia vir a ser utilizado”.*

A partir dos descritores que estavam na ficha, seleccionámos certos traços distintivos que permitiram caracterizar e analisar os universos a cruzar: por um lado, determinado conjunto de sujeitos comunicantes, sujeitos enunciadores potenciais; por outro, os objectos linguísticos atrás referidos e os sujeitos reais que os produziram.

## 2.1.

As escolhas feitas levaram-nos assim, a polarizar a investigação, primeiro, na relação sujeito ↔ predicado, definindo-se esta, sobretudo, como referimos, na forma lógica predicado ↔ argumento nuclear — SU, tendo este sido realizado como / -EU /<sup>2</sup> e como / EU /.

No total estudaram-se, em AC, 170 verbos (formas lematizadas) que operam sobre 1104 argumentos — frase. Estes verbos foram estruturados numa tipologia de campos lexicais, tipologia que assenta em estratégias dialógicas de intervenção, estratégias que visaram PERSUADIR / CONVENCER. Organizámos a tipologia que segue a partir de uma oposição (+deferência topicalizada), vs. (-deferência topicalizada), escolha que levou ao estabelecimento de uma CATEGORIA 0 (*actos sociais*, segundo a designação dos “Níveis-limíares” — C.C.C., Conselho da Europa).

Em contraste, e com verbos-pólo definidos, sobretudo, por (-deferência topicalizada), surgem três categorias, dominantes no processo persuasor-dissuador, INFORMAÇÃO (1), ADESÃO (2), DECISÃO (3). É claro o seu relacionamento, com momentos da tessitura argumentativa, em qualquer ritual de assembleia. Decidimo-nos, contudo, pela sua constituição como macro-campos lexicais, tendo em conta os tipos diferentes de mecanismos psicológicos que os engendraram.

Antes de passarmos à discriminação do conteúdo de cada categoria constituída, devemos referir que, em função de diferenças contextuais importantes, o mesmo predicador pode ocorrer em duas classes. Exemplifiquemos com **negar**, definido como *afirmação não-dada, recusada* — *ex. Não respondo.* — e como *resposta negativa a pedido*.

Os descritores utilizados permitem oposições de dois tipos: entre as próprias categorias (I, A, D) e entre estas e as respectivas unidades constituintes lematizadas. Daí termos dado, a campo lexical, a acepção de Coseriu: estrutura paradigmática primária — Ver Fig. 4.

Não consideramos esta classificação como a única possível. Foi contudo aquela que melhor nos permitiu co-relacionar, de modo mais rentável, variáveis sociológicas, políticas e linguísticas. É afinal uma estrutura firmada numa complexidade de formas intrafrásticas e interactivas que articulam locutor — alocutário. Pós-se a tónica, por conseguinte, inicialmente, não no pólo sujeito enunciador, mas na trama que, do enunciado produzido (primeira fase da análise), parte, quer para o EU e o TU da enunciação, quer para o “agir comunicacional” que o predicado refere.

	$\Sigma$	-EU	EU	eu	*eu
0. ACTOS SOCIAIS	9	6	3	—	3
1. INFORMAÇÃO	117	68	49	15	34
1.1. pedida	18	3	15	3	12
1.2. conhecida	78	50	28	11	17
não conhecida	9	8	1	—	1
1.3. dada	9	6	3	—	3
não dada	3	1	2	1	1
2. ADESÃO	829	609	220	92	128
2.1. operações e processos cognitivos	37	29	8	4	4
2.2. acções/reacções emotivas	31	18	13	4	9
2.3. constatação de evidências	55	45	10	5	5
2.4. orientações perceptivas	23	20	3	1	2
2.5. convicções pessoais	317	230	87	40	47
2.6. compromissos públicos	28	25	3	—	3
2.7. opiniões	244	161	83	33	50
2.8. acções sugeridas/impostas	94	81	13	5	8
3. DECISÃO	149	126	23	9	14
3.1. apresentação a —	64	46	18	7	11
3.2. resposta — decisão propriamente dita	85	80	5	2	3

\* marca categorial

Fig.4

Num segundo momento, classificaram-se forma e conteúdo de actos ilocutórios, em função de restrições (informativas e avaliativas), contextualmente impostas pelo sujeito do enunciado e ocorrentes em *Od* (QU-P). Esta categoria, assumida como vazia na investigação actual, foi apenas descrita como argumento frásico em termos de posição. É assim apagada, acentuando-se apenas na frase mais alta, as atitudes do enunciador quanto a mecanismos discursivos de abertura de intervenção e quanto a conteúdos assertados em termos de modalidades ou informativas ou avaliativas (seguimos, nalguns aspectos, como referimos atrás, noutros, alterando-a bastante, a proposta classificatória de E. Ramson, 1986).

Para criar um quadro tipológico e dada a frequência das formas ocorrentes em *SU* (argumento nuclear), encarámos *EU*, sujeito enunciador e sujeito do enunciado, como parâmetro "estável", descrito a partir de alguns traços, mas que, só a seguir começaremos a aproximar, através da representação abstracta das modalidades ilocutórias utilizadas.

As três macro-classes semânticas que construímos (INFORMAÇÃO, ADESÃO, DECISÃO), articulam comportamentos verbais de reacção e de apreciação, com processos perceptivos-cognitivos, com condutas emotivas e com mecanismos psicomotores (linguísticos em E. Ransom).

Cada uma destas categorias abre caminho a duas classes básicas de modalidades: a informativa e a avaliativa, articulada por nós com os processos de Adesão e Decisão.

As modalidades ilocutórias abrem assim zonas modais complexas e combinam-se, de modo aleatório, com outras formas e tipos de modalização, demarcando, ante *EU* e na superfície discursiva que *EU* produz, núcleos, com fronteiras fluidas, de modalidades "constituintes".

Tais modalidades oscilaram, contudo, entre fórmulas rotinizadas — modos de dizer, ou muito coloquiais, ou fortemente marcados por um ritual de assembleia — e fórmulas inovadoras, por vezes neológicas — o que acontece, por exemplo, no caso da que tem, como entrada lexical, o verbo *desesperançar*.

O que, contudo, mais ainda se veio a acentuar, no domínio da produção discursiva, foi, sem dúvida, o surto de *EU*, reflexo de algo muito importante que se passava no exterior, claramente desde Abril 74, algo camuflado desde há muito. Citando uma frase de J. B. Marcellesi: "*le changement linguistique est leffet cumulatif d'un ensemble de changements discursifs devenus irréversibles*"<sup>13</sup>. Observe-se, por isso, mais em pormenor, a respectiva distribuição, em articulação com os conjuntos já referidos — *I, A, D* — ver Fig. 5, página seguinte.

### 3.

Tentar observar estas mudanças num micro-sistema linguístico é, naturalmente, discutível. Como discutível será a interferência inevitável de idiolectos. Pêcheux<sup>14</sup>, por exemplo, discorda dos métodos estatísticos aplicados a signos no

interior de um *corpus*. Segundo ele, seria o retorno a um modelo teórico pré-saussuriano.

Permitimo-nos refutar essa opinião, mesmo se o centro deste trabalho pode parecer ter sido esse. É que a experiência feita sobre segmentos de formas, neste e noutros *corpora*, leva a demarcar uma posição diferente. Com efeito, as tramas verbais que se desenham num *corpus*, conjunto fechado, datado, situado e trabalhado estatisticamente, facilitam análises contrastivas, baseadas nos mesmos critérios e incidentes em usos, definidos a partir de um número reduzido de variáveis sociohistóricas; tais tramas, mesmo também se reflexo de fenómenos de individuação<sup>15</sup>, permitem aperceber sistemas simbólicos marcados por confrontos culturais, sociais, económicos e políticos, sistemas que restringem fortemente códigos e práticas, individuais ou de grupo.

Passar de uma abordagem semiótica a uma perspectiva semântico-pragmática, implica tentar aproximar a intersubjectividade própria, quer do universo do discurso, quer do mundo da enunciação, mais concretamente, do mundo "*des énonciations énoncées*"<sup>16</sup>, ou seja, o conjunto imediato dos enunciados finitos. Foi num complexo deste tipo que trabalhámos e foi nele que detectámos, quando da Assembleia Constituinte, a presença dominante de um sujeito gramatical / EU /, enfatizado por uma análise enraizada em SU — argumento nuclear, e no VERBO — entrada lexical, ambos surgindo como parâmetros estáveis para a construção de alicerces que permitem arquitectar tanto hipóteses de gradação, no discurso parlamentar AC e nas distâncias comunicativas (F. C. Peng)<sup>17</sup>, como a hipótese de uma norma de tratamento invariante (R. Brown)<sup>18</sup>, umas e outra articuladas com registros de deferência/delicadeza e formas de tratamento.

	$\Sigma$	-EU	EU	eu	'eu
<b>1. INFORMAÇÃO</b>					
1.1. pedida					
perguntar	18	3	15	3	12
1.2. conhecida					
saber	66	43	23	11	12
<b>2. ADESÃO</b>					
2.3. constatação de evidências					
2.3.1. percepção de					
→ eventos					
ver	10	6	4	1	3
ouvir	14	9	5	4	1
2.5. convicções pessoais					
2.5.2. a reiterar					
afirmar	38	35	3	—	3
dizer	209	137	72	35	37

2.5.3.	enunciar sob forma convencional					
	declarar	21	19	2	—	2
2.7.	<b>opiniões</b>					
2.7.2.	base cognitiva					
	[- formal]					
	pensar	29	10	19	10	9
	entender	53	33	20	7	13
	[+ formal]					
	considerar	58	51	7	4	3
2.7.3.	base apreciativa					
	crer	19	7	12	3	9
	julgar	11	7	4	2	2
	achar	10	5	5	3	2
	parecer	25	19	6	2	4
2.8.	<b>acções sugeridas/ordenadas</b>					
2.8.3.	[+ força]					
	querer	18	16	2	1	1
	[- força]					
	pretender	13	13	—	—	—
	esperar	11	11	—	—	—
3.	<b>DECISÃO</b>					
3.1.	<b>apresentação de pedido</b>					
	pedir	33	23	10	6	4
3.2.	<b>resposta a pedido</b>					
3.2.1.	[± formalidade, ± passividade]					
	permitir	23	21	2	1	1
	deixar	13	13	—	—	—

Fig.5

Tentámos, conseqüentemente, enraizar na observação directa de *n* segmentos, a simulação de um processo abstracto, persuasor-dissuasor, em principio, desenraizado

- de conteúdos políticos, pelo apagamento da frase encaixada,
- da rede sequencial das intervenções, moções... , etc.,
- do devir de uma produção discursiva individual.

Aliás, só por este artifício, nos foi possível conceber, como estáveis, os indivíduos estatisticamente trabalhados — fossem eles partidos, classes etárias, grupos delimitados a partir de zonas de origem, ou outros.

Assumimos o grau de abstracção que marca o estudo feito; mais, tivemos de recorrer a este processo, porque quisemos, não só, aproximar a especificidade de certas ocorrências que, tanto definiam um *corpus*, como sujeitos enunciadores, um e outros, historicamente situados; como, esboçar tendências generalizantes. Houve surpresas inevitáveis nesta investigação. Como pressuposto sólido, tínhamos apenas um: a Constituinte iria revelar mudanças discursivas em determinado contexto institucional. Assim, começada a análise e ante o surto de EU que se vinha a desenhar, separámo-lo de nós, conscientes da posição de fronteira que este ocupa entre EU e ~EU, entre um discurso avaliativo e um discurso informativo.

Fizemo-lo pensando — segundo pressuposto — que, em EU, se enraizariam complexos discursivos ricos em escolhas lexicais, em modalizações por variantes ligadas (grupos nominais, partículas, advérbios, deícticos, ..., etc.), complexos que dariam outro impacto às modalidades em estudo, no interior de uma estratégia discursiva dominante (persuasão — dissuasão) no dispositivo da encenação verbal.

Deste modo, e completando a figura atrás apresentada, teríamos outra faceta do sujeito comunicante inserida no acto comunicativo. Central, como vemos, o papel de EU ("être de paroles"). Recorde-se que "*en tant que réalisation individuelle, l'énonciation peut se définir par rapport à la langue, comme un procès [individuel] d'appropriation. Le locuteur s'approprie l'appareil formel de la langue et il énonce sa position de locuteur par des indices spécifiques, d'une part, et au moyen de procédés accessoires, de l'autre*"<sup>19</sup>.

Tais marcas são múltiplas e diversificadas, limitando-nos nós, aqui, a duas, a saber, a "*capacité du locuteur à se poser comme sujet*";<sup>20</sup> a articulação deste com acções designadas (ver predicadores), permitindo-nos inferir categorias linguístico-discursivas que operam na organização enunciativa do discurso, função de uma dimensão semântico-pragmática de tipo periférico.

É evidente que classificar formas verbais como modalidades levanta problemas, até por não haver correspondência unívoca entre a forma (descontextualizada, lematizada) e uma só categoria conceptual. Assim, — e lembre-se o que dissemos atrás sobre **negar** —, formas como **deixar**, **permitir**, **dar licença**, **autorizar** (performativos, em termos austinianos) implicam um tipo de relação locutor-interlocutor e revelam atitudes mais ou menos formais, mais ou menos passivas, publicamente assumidas pelo sujeito-enunciador. Lembramos ainda que uma mesma modalidade pode ser inferida, a partir de dois tipos básicos de configurações linguísticas, marcadas, por exemplo, por traços formais explícitos (*Eu penso que ...*, *Eu acho que ...*); ou por co-textos com determinada organização (variação de posições, topicalização, ...) — *Foi ele, julgo; Julgo que foi ele; Eu julgo que foi ele*.

Como vimos, a AC surgiu dominada pelo facto de o locutor, EU, se assumir, enfaticamente até, como **agente** activo na construção dialógica, em que se enrai-

zará o texto constitucional, usando um pequeno número de **predicados dominantes** (19), todos eles **genéricos de uso comum**. Encontramo-nos, por conseguinte, no que respeita a este tipo de segmentos, ante um modo de organização discursiva claramente enunciativo.

Lembre-se que o locutor demarca, sobretudo, uma posição de influência e de poder verbais ante um todo — o hemicycle e que, ao fazê-lo, intervém na encenação discursiva subsequente (verbal, gestual, ...).

O locutor estabelece assim, ao agir, um tipo de relação forte com interlocutores potenciais (relação de influência), com o dito em QU-P (perspectiva situacional) e com outros discursos que se lhe impõem como testemunhos do mundo (dominância em AN, como apresentámos noutros estudos).

E é nessa força que assenta a especificidade de AC, força que leva a um núcleo, estruturado, e estruturante, de práticas linguísticas socioculturalmente marcadas. Através desse núcleo, *habitus*, na terminologia de Bourdieu<sup>21</sup>, propusemo-nos explicitar certas tendências da variação, baseando-nos na hipótese de homologia entre diferenciações socioculturais e graus/tipos de diversidade nas competências linguística e de comunicação dos sujeitos enunciadores. Serão pois, tanto o *habitus*, quanto os meios e as condições de sua “reprodução”, que continuaremos a investigar, analisando outros universos textuais, que permitem observar o modo como se revelam aspectos-chave de tarefas verbais organizacionais, tarefas levadas a cabo através de um “agir comunicacional” institucionalmente marcado, mas em que EU irrompe e que EU domina.

O uso de uma metodologia de análise enraizada no autêntico, ou seja, em interacções que ocorreram em determinados cenários reais, abre ainda o estudo das relações entre contextos (sociais, culturais, políticos, económicos) e acções — e, entre elas, incluímos as verbais — que naqueles ocorrem.

Eis-nos pois em encruzilhada complexa, onde, em termos de análise-interpretación-explicação, nos propomos cruzar os dois tipos de modelos atrás referidos.

#### 4.

Retomemos o nível de língua usado em AC. Ressalta desde logo, numa primeira fase da investigação<sup>22</sup>, que os predicadores mais frequentes integram o vocabulário comum, ou seja, o conjunto de formas atestadas em cada uma das partes do *corpus* (I, A, D). Depois, se delimitarmos, dentro do vocabulário de uso comum, o banal, verificamos que só as formas CRER e ESPERAR integram este conjunto. Com efeito, não apresentam, para determinado limiar, qualquer especificidade em nenhuma das partes.

As restantes formas, embora surjam marcadas de especificidade, positiva ou negativa, apresentam um equilíbrio relativo. — ver figura na página seguinte.

## Especificidades positivas e negativas

DESCRITORES	ORIGEM		IDADE		ESCOLARIDADE		PROFISSÃO		PARTIDO	
	S+	S-	S+	S-	S+	S-	S+	S-	S+	S-
Predicadores	S+	S-	S+	S-	S+	S-	S+	S-	S+	S-
1. INFORMAÇÃO										
1.1. perguntar			41-49	50-76						
1.2. saber	Madeira				C. Prep.	Licenc.			PPD	PCP
2. ADESAO										
2.3.1. ver				32-40						
ouvir					E. Secund.	Licenc.				
2.5.2. afirmar										PS
dizer			32-40	41-49			Prof. Liberal	Professor	PS	PPD
2.5.3. declarar							Marinha, Aviação		CDS	
2.7.2. pensar			50-76	32-40			Prof. Liberal		PPD	
entender	Int. Norte	Litoral	41-49	50-76	Licenc.	E. Secund.	Professor	Prof. Liberal	PPD	PS UDP
considerar	Int. Sul		32-40	50-76	E. Prim.		Operário		UDP	PPD
2.7.3. julgar	Int. Norte									
achar	Algarve									
parecer		Int. Norte								
2.8.3. querer										
pretender			41-49							
3. DECISÃO										
3.1. pedir			50-76							
3.2.1. permitir	Litoral	Int. Norte								
deixar							Prof. Liberal	Professor	MDP	

Fazendo, agora, dos predicados que integram o vocabulário comum, uma análise factorial de correspondências, obtemos "factores" que resumem todo um conjunto de informações que apresentamos em função das marcas de indivíduos ↔ grupos já referidos (idade, nível de escolaridade, partido político, profissão). Observemo-las.

ORIGEM	
	deixar
	!
	!
	! julgar !
	!
	!
	! entender !
<b>ALGARVE</b>	! <b>INORTE</b> !
	! perguntar!
	! pedir !
achar	!
	ouvir pretender !
	—considerar—+
	pensar afirmar!
	dizer declarar!
	esperar ver !
	<b>LITORAL</b> !
	saber <b>ISUL</b> !
	parecer crer !
	permitir querer
	<b>AÇORES</b> !
	!
	!
	!
	! <b>MADEIRA</b> !

Relativamente à origem geográfica dos deputados, existe uma oposição entre os oriundos do INTERIOR NORTE e os de MADEIRA, AÇORES, INTERIOR SUL e LITORAL. O discurso dos deputados provenientes do ALGARVE é caracterizado unicamente pelo verbo *achar*. *Deixar, julgar, entender, perguntar e pedir* são verbos característicos dos deputados oriundos do INTERIOR NORTE. No outro grupo de deputados, sobressaem *permitir, querer, parecer, crer e saber*.



## ESCOLARIDADE

		ouvir
!		!
!		pretender!
!		!
!		parecer <b>SECUND</b>
!	<b>SUP CURTO</b>	esperar
!		!
!		!
!		!
!	declarar	achar
!		perguntar
!		!
!		permitir
!	ver	!
!		!
		dizer pensar
		<b>LIC</b>
		julgar saber afirmar
		deixar
		entender pedir
		crer
		!
		<b>PREP</b> considerar
		!
		<b>PRIMÁRIO</b>
		!
		!
		!
		!
		!
		querer
		!

Existe uma oposição entre o **SECUNDÁRIO** e os **ENSINO PRIMÁRIO** e **PREPARATÓRIO**. *Ouvir, pretender e parecer* são os verbos mais utilizados pelos deputados que têm como habilitação o **ENSINO SECUNDÁRIO**. Os verbos *querer, considerar e crer* são mais usados pelos deputados com grau de **ENSINO PRIMÁRIO** e **PREPARATÓRIO**. Os deputados com nível de habilitação de **CURSO SUPERIOR CURTO** utilizam com mais frequência os verbos *ver, declarar e esperar*. Os deputados com **LICENCIATURA** ocupam uma posição central, sendo os verbos *dizer e pensar* os mais importantes neste grupo. *Julgar, saber, afirmar e deixar* são também aqui verbos importantes.





## 5.

O vocabulário comum e de base aqui analisado, ou seja, o dos predicadores mais frequentes, num conjunto de 634 ocorrências (18 formas lematizadas), indicia, quer um estilo menos formal ("casual", no dizer de P. Strevens 65), padrão estereotipado de um comportamento socioverbal genérico, quer algumas das suas formulações e configurações mais típicas (ex: *Já disse e volto a dizer* — QU-P) — ver atrás a tabela das especificidades.

Observou-se ainda como tal vocabulário apresenta regularidades empíricas, em função de factores como origem, idade, nível de escolaridade, profissão, partido político. Tais distribuições emergem do comportamento dos subgrupos constituídos.

Como interpretar o que foi obtido por uma pesquisa incidente, sobretudo, numa análise paradigmática de predicadores que se opõe à sintagmática, com pólo em SU, e que aprofundámos noutros trabalhos? Lembre-se que, nesta última, a dominância de EU foi sintoma de mudança, em sistemas de valores e em universos de referência, mudança reflectida nos debates parlamentares. Aliás, apesar de fortemente ritualizados e regulados, estes abriram caminho — e encontramos aqui outra transformação — a um dizer simplificado, claro, enraizado no uso comum da linguagem, com nítida minimização de um uso específico. Porquê? Aventemos uma hipótese: a de que qualquer deputado, como agente de persuasão/dissuasão, independente da pluralidade discursiva criada, visava menos o convencer o(s) interlocutor(es) próximo(s), que doutrinar e convencer a totalidade de um país. Daí o coloquialismo, a quase banalização deste tipo de segmentos verbais (57,43% do total), segmentos que abrem as intervenções parlamentares de um conjunto de deputados representativos, como se constatou nos subgrupos constituídos — ver atrás descritores do campo de observação Assembleia Constituinte.

### Notas

<sup>1</sup> Brown, R. e Ford, M. 1961. *Address in American English*. IN Laver e Hutcheson (1972). Brown, R. e Gilman, A. 1960. *The Pronouns of Power and Solidarity*. IN Laver, J. e Hutcheson, S. (eds). 1972. *Communication in Face to Face Interaction*. Harmondsworth: Penguin Books.

<sup>2</sup> *Complementation: its meanings and forms*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins. 1986. p. 54.

<sup>3</sup> Jeanjean, C. 1983. *Recherches sur le français parlé*. 5. Aix-en-Provence, Faculté de Lettres.

<sup>4</sup> Ranson, *op. cit.*, p. 103.

<sup>5</sup> Jeanjean, C. *op. cit.*, p. 33.

<sup>6</sup> Sperber, D. e Wilson, D. 1982. 'Mutual knowledge and relevance in theories of comprehension'. IN Smith, N. V. (ed.) *Mutual Knowledge*. New York, Academic Press, pp. 61-85. 1986a. *Relevance, Communication and Cognition*. Oxford, Blackwell. (1989; Trad. fr., Paris, Minuit).

<sup>7</sup> Moeschler, J. e Reboul, A. 1994. *Dictionnaire Encyclopédique de la Pragmatique*. Paris, Seuil. pp. 40-41.

<sup>8</sup> Lecoindre, S. e Le Gailliot, J. I. Le Je[u] de l'énonciation. IN *Languages* 31, 1973, p. 7.

<sup>9</sup> Maingueneau, D. 1986. *Éléments de linguistique pour le texte littéraire*. Paris: Bordas. p. 5.

<sup>10</sup> Courtine, J.-J. 1981. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. A propos du discours communiste adressé aux chrétiens. IN *Langages* 62, 9-128.

<sup>11</sup> Roman Jakobson. 1960. Closing statements: Linguistics and poetics. IN *Style in Language*, Sebeok, Thomas A. (ed.), New York, London: MIT e J. Wiley. p. 352 — trad. L. Cintra.

<sup>12</sup> -EU, não EU.

<sup>13</sup> Marcellesi, J. B. 1979. Trente ans après: propositions pour l'analyse du discours syndical d'enseignement. IN *Néologie-lexicologie — Hommage à Louis Guilbert*. Paris, Larousse. pp. 184-191, p. 185.

<sup>14</sup> Pêcheux, M. 1969. *Analyse automatique du discours*. Paris, Dunod.

<sup>15</sup> Mounin, G. 1963. *Problèmes Théoriques de la Traduction*. Paris, Gallimard. Ver também *Langue Française 2*, sobretudo o artigo de J. B. e C. Marcellesi.

<sup>16</sup> Todorov, T. 1970. Problèmes de l'énonciation. IN *Langages* 17, p. 5.

<sup>17</sup> Peng, F. C. 1974. Communicative Distance. IN *Language Sciences* 31, pp. 32-38.

<sup>18</sup> *Op. cit.*

<sup>19</sup> Benveniste, E. 1974. L'appareil formel de l'énonciation. IN *Langages* 17. Paris. Larousse.

<sup>20</sup> *ibidem*.

<sup>21</sup> Bourdieu, P. 1979. *La distinction-critique sociale du jugement*. Paris, Minuit.

<sup>22</sup> As análises factorial de Correspondências e de Especificidades foram efectuadas por Maria de Fátima Ferreira da Silva, investigadora do Centro de Estudos de Ensino a Distância. Foi utilizado o programa 'Lexico 2', concebido por A. Salem *et alli* (Universidade de la Sorbonne Nouvelle — Paris III).

<sup>23</sup> Código: 1 — Patrões, 2 — Isolados, 3 — Professores, 4 — Profissões Liberais, 5 — Forças Armadas, 6 — Marinha e Aviação (civis), 7 — Dirigentes, 8 — Transportes e Comunicações, 9 — Comércio, 10 — Operários, 11 — Trabalhadores (agricultura e pescas) — A. Sedas Nunes. 1974. *Código de Profissões*. Lisboa, Ministério da Educação e Cultura.